

Rust, Leandro Duarte

A Reforma Papal (1050-1150): trajetórias e críticas de uma história

Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte*

Cuiabá: Ed. UFMT, 2013. 246p.

O Papado Medieval continua sendo um tema que atrai atenções, principalmente em decorrência da redescoberta de antigos acervos e de novas interpretações que possibilitam a renovação historiográfica. O modelo político centralizador ao estilo do Estado Moderno atribuído àquela instituição por estudiosos oitocentistas e novecentistas tem sido questionado por pesquisadores que se dedicam a estudar as relações de poder no medievo.

Nos últimos 7 anos, mais precisamente a partir de 2011, com a publicação da tese *Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central* e de outros relevantes trabalhos como *O sagrado Gregoriano: o político como religiosidade*, Leandro Duarte Rust é reconhecidamente o historiador brasileiro que provocou uma reviravolta na história política do papado medieval. A proposta do autor reside em refletir acerca das já canonizadas fórmulas de compreensão do poder papal na Idade Média, notadamente dos séculos XI ao XIII, sob perspectivas diferentes. Conceitos como “monarquia pontifícia”, “Reforma Gregoriana” e “poder” são revisitados e tomados, muitas vezes, como fruto do tempo do historiador que os consagrou. O leitor desatento poderia até insinuar que os trabalhos de Rust invalidam a imensa historiografia consolidada sobre o tema, mas, ao contrário, o historiador maneja com grande traquejo seu método de análise, valorizando não só a documentação pertinente, mas também tomando esses antigos trabalhos como objeto de pesquisa, como instrumentos para apresentar ao leitor a construção daqueles conceitos, além dos problemas suscitados por essas interpretações. Entendemos que foi sobre essas bases que *A Reforma Papal* foi produzida: um exercício de construção histórica permeado pela historiografia (antiga e recente) e a (re)visita aos documentos.

* Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), Universidade de Brasília (UnB). Bolsista CNPq. magdarita@hotmail.com

A obra está dividida em seis bem elaborados capítulos. O liame que há entre eles é a construção da noção de “Reforma Papal” e os inúmeros pontos controversos que existem na compreensão desse conceito. Os dois primeiros capítulos refletem acerca de duas correntes historiográficas que atribuem à época entre 1050 e 1150 a ideia de Reforma Gregoriana ou de Revolução Papal. No primeiro caso, Rust destaca a obra de Augustin Fliche, *La Réforme Grégorienne*, como inauguradora da noção de Reforma, e considera a situação da Europa secularizada, belicamente marcada pela miséria e pelo descumprimento da promessa de prosperidade que o Estado laico fizera. Portanto, um cenário propício para o desenvolvimento de sínteses históricas como a desse católico que buscou resgatar na Idade Média a possibilidade de “salvação da ordem pública europeia”. A Sé Romana teria sido, durante os séculos XI e XII, na perspectiva de Fliche, a única instituição capaz de livrar os cristãos do precipício da anarquia e da desordem, e a figura estadualista de Gregório VII é o exemplo inspirador de liderança, soberania e autoridade, necessárias à dita ordem pública.

Acerca da segunda ideia, a de “Revolução Papal”, Rust apresenta uma vasta historiografia desde Eugene Rosenstock-Huessy, Norman Cantor, até trabalhos mais recentes como os de Karl Leyser e Timothy Reuter. As discussões sobre o conceito giram em torno da impressão de que os gregorianos estavam bem “à frente do seu tempo”, e que seu projeto de mudanças, bem como suas ações, resultaram em um processo revolucionário que podia ser comparado às revoluções liberais do Setecentos ou à revolução comunista do primeiro quartel do século XX. Um dos principais pontos controversos dessa corrente, na opinião de Leandro Rust, seria a negação, por parte dos “revolucionários”, das práticas sociais do mundo senhorial em que viviam, algo que se torna ainda mais complicado quando colocado na perspectiva dos ideais políticos da virada do século XIX para o XX, presentes na análise daqueles defensores da via revolucionária. Para o autor, “o conceito implica uma negação sociológica, pois induz à certeza de que uma sociedade dominada por elites senhoriais é incapaz de mover positivamente os equilíbrios internos de uma época” (p.64). A ideia de “revolução” ganhou inúmeros adeptos ao longo do século XX, e Rust assevera que apesar do antagonismo em relação à perspectiva de “Reforma”, os dois conceitos têm em comum características do Estado Moderno e que nenhuma das duas noções dá conta de explicar, de maneira satisfatória, as experiências do homem medieval no seu próprio tempo.

Nos capítulos seguintes, o autor mostra como os dois conceitos abrigam a noção do sagrado ligada à cultura e às práticas sociais daquele período. A visão religiosa dos curialistas encontrava respaldo na vivência social. Dessa maneira, os reformadores tentavam separar o sagrado do profano para “monopolizar” a “gestão do sagrado”. Nesse sentido, Leandro Rust destaca a fática saída de Gregório VII para o exílio, frente à invasão de Henrique IV a Roma. Os atos do papa, cuja memória seria retrabalhada mais tarde (no século XVI), deram-lhe uma aura sagrada, miraculosa e triunfal. Tal memória construída sobre o ataque germânico e, antes, pela desobediência do rei, foi a de que o papa estava alinhado aos desígnios celestes – que o próprio Deus abençoava aqueles que lutavam em favor do bispo de Roma. A estratégia que sacralizou essas ações do campo político baseou-se na tentativa de superar a fraqueza que supuseram as perdas materiais e políticas originadas do conflito com o rei germânico. O objetivo de Rust ao destacar o “sagrado gregoriano” é ressaltar as particularidades que fazem da Igreja Romana uma instituição descentrada que negociava, a todo tempo, as relações, os pactos e os desacordos entre clérigos e leigos. Portanto, noções generalizantes, como “Reforma” e “Revolução”, não ajudariam a entender essa “Era Gregoriana”.

Além disso, Rust desenvolve uma reflexão acerca das pesquisas que defendem o período em apreço como uma época de “ascensão de uma cultura jurídica definida pela descoberta da lei escrita”. Sua conclusão é que, apesar de a historiografia já consolidada insistir no contrário, não há uma significativa substituição da oralidade pelo direito escrito. Argumenta, por exemplo, que Gregório VII não usou da lei canônica para apoiar suas decisões por ocasião da excomunhão de Henrique IV, mas sim da tradição bíblica. De maneira envolvente, o autor entrelaça os argumentos à análise historiográfica e aos documentos cuidadosamente traduzidos do latim, formando uma grande teia, inclusive quando se refere à oralidade textual. Seguindo a sua argumentação, é possível perceber que o direito canônico não debilita o poder que a oralidade e a voz têm no âmbito da política; ao contrário, dá-lhes nova vitalidade.

Na penúltima parte, o autor mostra como a geografia papal é ampla, por meio de um exemplo que permite ver como os interesses vinculados à construção da identidade coletiva e do nacionalismo lusitano, marcados pela religiosidade católica, impediram que a história de Portugal desse destaque à atuação do antipapa Gregório VIII. O clérigo bracarense Maurício Burdino teria sido alijado da história lusitana a partir do momento em que se uniu

ao rei Henrique V contra o papa Pascoal II, deixando, portanto, de “defender os interesses de Portugal”. Para compreender o que esse silêncio historiográfico representa, Rust recupera a obra de Pierre David, que considera Burdino como um elemento fundamental na reconciliação entre o *regnum* e o *sacerdotium*, em 1122, na célebre “Concordata de Worms”. Além de David, o autor analisa também o peso que a filosofia política hegeliana teve sobre a tradição historiográfica portuguesa, e que explicaria o apagamento de Burdino da História. Esse capítulo proporciona uma sugestiva reflexão sobre o próprio ofício do historiador e os preconceitos a que ele está sujeito.

Por fim, Leandro Rust analisa o sentido religioso da palavra “desejo”, transformada em conceito político, com base no pensamento de dois grandes personagens: Pedro Damiano e Bernardo de Claraval. O “desejo” é visto inicialmente como sentimento menor, depreciativo, ilegítimo, que enaltece as vontades do indivíduo em detrimento da coletividade, do bem comum. Os conflitos que tiveram lugar nas últimas décadas do século XI e em meados do século XII, entre o Papado e o Império, teriam sido marcados por atos mesquinhos, causados pelo “desejo”. Desse modo, caberia à Sé Romana punir ou afastar aqueles que quisessem apenas realizar sua própria vontade, portanto, foi essa uma das justificativas da excomunhão de Henrique IV. O termo “desejo” era associado, pelos papistas, à desordem, à “negação da autoridade”. Entretanto, a palavra-conceito é apresentada por Rust de maneira a destacar a sua historicidade ao sabor da própria política. Nesse sentido, observa-se ainda que os integrantes da Cúria pontifícia eram envolvidos por um pensamento político marcado pela teologia, pelo que, em vez de se falar em teoria política para o período, seria melhor recorrer à noção de teologia política.

Além de propor novas reflexões sobre velhos acervos e sobre a historiografia, a obra de Rust oferece ao leitor a possibilidade de entrar em contato com o texto das fontes utilizadas – diga-se de passagem, com notável rigor – provenientes de respeitadas edições em latim. Dessa forma, a obra também pode ser tomada como norte para novas pesquisas, já que coloca à disposição um vultoso inventário de importantes acervos sobre o assunto. Além desses, há mais um ponto significativo: a redação do autor e sua maneira de mostrar a que veio não descuida da erudição necessária, mas sem recorrer a uma retórica carregada de modismos vocabulares que dificultariam a compreensão de um leitor pouco afinado ao tema. Por fim, o estudo crítico de Leandro Rust

em *A Reforma Papal (1050-1150)* apresenta-se como um novo convite à renovação (ou, talvez, à reinvenção?) da História Política da Idade Média, sem desprezar a antiga e dominante interpretação da historiografia, mas propondo novos olhares sobre o papado medieval, mesmo que eles pareçam ao leitor uma transgressão ao que já se apresenta, há muito, com ares definitivos.

Resenha recebida em 31 de março de 2012. Aprovada em 22 de outubro de 2014.